



JUNHO DE 2013 CONTINUA

INTERPELANDO A INTELLECTUALIDADE BRASILEIRA

DIEGO RICARDO DE ASSUNÇÃO VELHO*, FERNANDA MORAES** E
MARCO ANTONIO PERRUSO***

Resumo: O presente artigo traz extratos de um levantamento preliminar de elementos constantes das interpretações sobre junho de 2013, dentre as quais há as que imputam ao fenômeno determinados legados que hoje presenciamos. Tais interpretações são confrontadas com dados recolhidos em pesquisa sobre as manifestações ocorridas no Rio de Janeiro naquele período (e que se prolongaram durante meses seguintes). O apoio à bibliografia sobre o tema completa o cenário analítico, centrado em alguns problemas interpretativos que volta e meia retornam, enviando a produção científica sobre as “jornadas de junho”. Objetiva-se reiterar propriedades que ajudam a compor um quadro mais fidedigno sobre as manifestações de 2013, ensejando o prosseguimento das respectivas investigações e discussões.

Palavras-chave: Junho de 2013. Movimentos sociais. Sociologia brasileira.

June 2013 continues to heckle the Brazilian intellectuality

Abstract: This article contains extracts from a preliminary survey of elements contained in the interpretations about June 2013, among which there are those that attribute to the phenomenon certain legacies that we witness today. Such interpretations are compared with data collected in research on the mobilizations that occurred in Rio de Janeiro in that period (and that continued for the following months). Support for the bibliography on the topic completes the analytical scenario, centered on some interpretive problems that persist, biasing scientific production on the “June days”. The objective is to reiterate properties that help to compose a more reliable picture of the 2013 mobilizations, allowing the continuation of the respective investigations and discussions.

Keywords: June 2013. Social movements. Brazilian sociology.

* Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ). E-mail: Diego.Velho@outlook.com

** Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ). E-mail: fernandaprocult@gmail.com

*** Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Ciências Sociais e do PPGCS-UFRRJ. E-mail: trogao@bol.com.br

INTRODUÇÃO

As grandes manifestações sociais e políticas ocorridas no mês de junho de 2013, bem como algumas que se seguiram em meses posteriores, já se distanciam mais de meia década no tempo, intervalo suficiente para a maturação de análises mais cuidadosas e diversificadas a respeito das dimensões do fenômeno. Decerto que leituras realizadas no “calor dos acontecimentos” foram fundamentais, ao desvendar preliminarmente suas facetas. Obviamente, é possível alcançar profundidade com análises engajadas, desde que realizadas para observar e compreender os agentes nelas envolvidos, não para refutar ou depreciar politicamente em bloco uma realidade que se afigura como objeto científico relevante.

As ciências sociais brasileiras continuam desafiadas a decifrar as manifestações de junho de 2013 em suas múltiplas propriedades, para além dos enquadramentos reducionistas que determinados atores insistem em utilizar – fruto também do acirramento da crise social e política por que passa o país desde então. Polarizada ou paralisada por um conservadorismo crescentemente empoderado (que nega vários significados daquelas mobilizações, registre-se) e pelo ruído que junho de 2013 causou sob a hegemonia lulista vigente na década passada, parte da intelectualidade brasileira demonstrou dificuldade ao acercar-se do fenômeno. Tensionada a julgá-lo em detrimento de investigá-lo, muitos ofereceram explicações variadas que ensejaram camadas discursivas em confronto, as quais por vezes obscurecem alguns elementos presentes naquela enorme movimentação popular.

Poucos são os balanços analíticos realizados sobre as "jornadas de junho de 2013". O trabalho pioneiro de Moraes (2014) tem foco justamente nas interpretações sobre o fenômeno. Outros abordam o tema desta forma apenas indiretamente: Perruso (2014) e Perez (2019).

Há, portanto, necessidade de levantamentos sistematizados a respeito das interpretações mais recorrentes ou exemplares sobre esses protestos. Elas são acionadas legitimamente por diferentes atores políticos e intelectuais, em função de uma diversidade de motivações de ordem social – as quais, contudo, às vezes nos distanciam do episódio em função de consequências a ele atribuídas (tais como cenários e performances eleitorais, por exemplo). A sondagem da produção acadêmica e sociológica correspondente insere-se nesse quadro.

Certamente que prossegue o exame científico, envolvendo o tratamento de dados empíricos e a aplicação de modelagens conceituais, a partir das teorias e pesquisas em movimentos sociais, em cuja trajetória histórica as manifestações em questão irrompem problematicamente e até espetacularmente.

Mas o que talvez domine a literatura científica sobre junho de 2013 – mais na ciência política que na sociologia e na antropologia – é um tipo de reflexão sobre seus legados, continuidades e descontinuidades referidas a outras movimentações político-sociais, bem como seu impacto sobre a conjuntura nacional da segunda metade da atual década, resultando inclusive em possíveis mudanças em nossa cultura política. Por um lado, muitas análises ressaltam a construção de novas organizações liberais-conservadoras como o MBL (Movimento Brasil Livre), o impeachment/“golpe” de 2016, a retomada neoliberal com Temer, as eleições de 2018, o reacionarismo bolsonarista, o enfraquecimento de nossa democracia representativa burguesa. Por outro, há leituras que destacam a consolidação nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), a “primavera feminista” de 2015, as ocupações de escolas e universidades em 2015 e 2016, a greve geral de 2017, as mobilizações em protesto pelo assassinato de Marielle Franco, a proliferação de múltiplos coletivos militantes com vieses ditos autonomistas e identitaristas.

Este artigo busca contribuir para o presente debate, trazendo então extratos de um levantamento preliminar de certos elementos constantes das interpretações sobre junho de 2013 (VELHO, 2020), dentre as quais há as que imputam ao fenômeno determinados legados que hoje presenciamos. Tais interpretações são confrontadas com dados recolhidos em pesquisa (MORAES, 2017) sobre as manifestações ocorridas no Rio de Janeiro naquele período (que se prolongaram durante meses seguintes, no caso carioca). O apoio à bibliografia sobre o tema completa o pequeno cenário analítico aqui apresentado, centrado em alguns problemas interpretativos que volta e meia retornam, enviesando a produção científica sobre as “jornadas”. Esperamos, assim, reiterar propriedades que ajudam a compor um quadro mais fidedigno sobre as manifestações de junho de 2013, ensejando – ainda que modestamente – o prosseguimento das respectivas investigações e discussões.

Abordamos neste trabalho quatro características empíricas conformadoras das “jornadas”: o protagonismo da juventude, tão disputado em seus significados; a composição de classe dos segmentos sociais que foram às ruas, objeto de polêmica política relevante; o uso da internet e de redes sociais, cuja historicidade nem sempre é devidamente aquilatada; e o repertório de ação nas ruas, tratado comumente em chave moralista e criminalizadora (VELHO, 2020).

Outras dimensões importantes de junho de 2013 não são examinadas neste trabalho, embora sejam eventualmente mencionadas em nossa análise e mereçam ser elencadas a título de contextualização:¹

a) a horizontalidade das manifestações (largamente subestimada em análises privilegiadoras dos supostos efeitos políticos imediatos das “jornadas”) e o correlato autonomismo dos movimentos e organizações emergentes no período, que funcionavam por meio de espaços abertos (Fóruns de Lutas, Assembleias Populares, etc.);

b) a crítica à política tradicional e à democracia representativa (em favor da democracia participativa), tantas vezes confundida com o sentimento antipolítica;

c) a respeito das configurações e trajetórias dos protestos, há diferentes apontamentos (que tanto podem ser complementares como opositivos): a descrição de uma movimentação das classes populares por mais direitos ou por maior acesso ao mundo do consumo; o registro da inexperiência dos manifestantes ou do espontaneísmo das mobilizações; a indicação de distintas experiências geracionais em torno da militância; a percepção de continuidade com lutas do movimento sindical e social que cresciam desde o início da atual década; e mesmo a acusação de ingratidão do povo brasileiro diante das realizações de um governo popular apoiado por movimentos populares e sindicais tradicionais;

d) quanto à expressão ou significação política das “jornadas”, há três tipos de diagnóstico, mutuamente excludentes: a identificação da ascensão da direita, do fascismo, do obscurantismo; a observação da presença simultânea e plural de pautas/grupos de esquerda e de direita; a mensuração de uma presença majoritária, ainda que indefinida ou instável, de pautas/grupos de esquerda (Movimento Passe Livre – MPL, MTST, comitês populares da Copa e da Olimpíada, etc.), por mais direitos e mais Estado;

e) sobre as hipóteses explicativas do fenômeno (sendo apenas a última contraditória com as primeiras): reação à burocratização/oligarquização da política institucional e dos movimentos sociais/sindicais emergentes nos anos 1980; vácuo de socialização política da juventude face ao afastamento petista dos movimentos populares (em favor de atuação via políticas públicas); aposta na conflituosidade, não na conciliação de classes, diante da resiliência das desigualdades sociais no país; resistência das classes médias (com sua pauta em torno da corrupção) às mudanças sociais progressistas promovidas pelo neodesenvolvimentismo lulista;

f) no que tange ao pós-2013, diferentes ênfases se apresentam, seja para imputar consequências diretas às “jornadas”, seja para delinear processos mais amplos e multifacéticos: descrédito generalizado da política; crise e decadência da hegemonia lulista; formação de uma onda conservadora e desenvolvimento de uma “desdemocratização” do país; acirramento e/ou ampliação de mobilizações populares (ocupações de escolas por estudantes, “primaveras feministas”, proliferação de coletivos ativistas, etc.); complexidade das mobilizações coletivas, que não se efetivam linearmente, mas em ciclos de protestos, com fluxos e refluxos; desajuste entre as temporalidades das democracias representativa e participativa;

g) por fim, as variadas implicações analíticas e intelectuais de junho: dissonância com a imagem tradicional de passividade da sociedade brasileira; questionamento de pressupostos teóricos economicistas e institucionalistas; mudança de paradigma, diante da então hegemônica cooperação seletiva entre movimentos sociais/sindicais e Estado; desafio ao primado das políticas públicas e da participação institucionalmente regulada, nas ciências sociais brasileiras.

Pode-se agrupar alguns destes elementos numa certa visão crítica das “jornadas”, presente tanto no plano da cultura política quanto no da produção sociológica sobre a temática.² Tal leitura, partilhada por intelectuais que convergem num julgamento positivo dos governos do PT e que são identificados com a experiência do lulismo, em termos gerais tende a: desconsiderar o item a; perfazer a confusão citada no item b; lamentar que a indefinição/desorganização das mobilizações tenha abalado espuriamente as administrações petistas – um dos apontamentos do item c; estigmatizar junho de 2013 como elitista, reacionário, antidemocrático e irracional – qualificações

relativas a algumas possibilidades listadas nos itens d, e, f; desconhecer as interpelações que as “jornadas” dirigiram às ciências sociais e à intelectualidade nacional – item g.³

Partindo do entendimento que tais interpelações permanecem nos desafiando, os pressupostos analíticos deste artigo⁴ residem: na valorização investigativa e reflexiva do item a; na suposição da justeza da crítica constante no item b; numa visão compreensiva de novas movimentações societárias e populares que vêm se dando desde antes de 2013 – item c; no caráter mais ou menos progressista (não conservador) e sempre radicalizado, das “jornadas” – item d; nas potencialidades cidadãs e participativas, inclusive de rebeldia popular, efetivadas por junho de 2013, diante da democracia de baixa intensidade e da desigualdade estrutural tão características da história social e institucional brasileira – possibilidades outras contidas nos itens e, f; na necessidade de responder produtivamente àquelas interpelações antes mencionadas – item g.

Passemos, pois, às quatro características das manifestações de junho anteriormente citadas, principiando com o protagonismo juvenil – em boa medida relacionado à composição de classe dos participantes dos protestos, sua segunda característica aqui analisada.

JUVENTUDE, GERAÇÃO, CLASSE, RENDA E ESCOLARIDADE

É importante destacar, que apesar de seu protagonismo, não foi apenas a juventude que ocupou as ruas em junho de 2013, outros segmentos sociais também estavam presentes protestando e reivindicando mais políticas públicas, em especial nas áreas de saúde, educação e segurança. Também se mostraram significativas as pautas relacionadas às cidadanias feminista e LGBT, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “cura gay”. Obviamente há interseção entre tais questões e a juventude.

Os jovens estiveram presentes nas manifestações de junho de 2013 em grande número, o que não significa dizer que se caracterizam como um grupo homogêneo de participantes. De qualquer forma, esta dimensão geracional é marcante, além de recorrente na literatura sociológica a respeito dos movimentos sociais no mundo.

Na pesquisa qualitativa de Moraes (2017, p. 141-142), exatamente metade dos entrevistados, 8 em 16, eram estudantes. A justaposição com a juventude, se não for completa, certamente é grande. Ademais, neste caso parcela dos entrevistados restantes, já inseridos no mundo do trabalho, podia também ser composta por jovens.

Ao afirmar que a juventude se tornou protagonista do “sentimento brasileiro de indignação”, Barreira (2014, p. 148) desenvolve sua análise sobre a presença dos jovens nas “jornadas” levando em consideração a forte presença juvenil nas redes sociais virtuais e nas ações diretas realizadas nas ruas durante os atos.

Outros autores exploram a dimensão geracional em perspectiva histórica. Propõe-se explicar a presença da juventude nas manifestações como resultante das modificações ocorridas em nosso país nas últimas décadas. Alguns jovens formaram-se politicamente ainda no interior do campo dos movimentos populares e de mobilizações de base polarizado pelo PT, enquanto uma maioria cresceu já após a chegada deste partido ao governo federal, observando ou vivenciando uma institucionalização de pautas e ativismos. Nesse diapasão, Secco (2013, p. 63) afirma que “a trajetória do PT foi a que mais evidenciou esta ‘evolução’ do protesto social ao transformismo político.”

Assim, haveria uma distinção geracional significativa, na medida em que boa parte da juventude presente em junho de 2013 estava iniciando-se política e ideologicamente por meio destas mobilizações multitudinárias ou das organizações que as animaram (PERRUSO, 2014, p. 5). É o caso do MPL, com presença no cenário de lutas urbanas desde meados dos anos 2000, tendo como pauta principal a questão da mobilidade urbana. (SCHERER-WARREN, 2014). Por isso Bringel (2013, p. 45) ressalta que nas primeiras manifestações “o perfil dos participantes era de militantes com algum engajamento prévio em mobilizações sociais.” Na proporção em que as mobilizações rapidamente logram enorme adesão, pessoas sem experiência política prévia passaram a ser maioria nos atos, aos quais compareciam também diversos coletivos, entidades, organizações autonomistas e partidos políticos de esquerda (PSOL e PSTU, por exemplo, que se opunham aos governos do PT).

Tratar-se-ia de um choque com a militância socializada politicamente na geração anterior (de onde vieram muitos intelectuais acadêmicos estudiosos das “jornadas”), quando o campo

hegemônico lulista não estava no poder, mas ainda desenvolvendo-se como campo popular petista e cutista. Este, em suas origens, era fundamentado – entre outros valores – na horizontalidade e radicalidade movimentista, que justamente agora reapareciam advogadas pelos jovens que construíram as “jornadas”.

Estas novas razões juvenis para o protesto social são grandemente ignoradas, ou secundarizadas analiticamente, nas leituras privilegiadoras dos supostos legados negativos de junho. Realizadas muitas vezes por autores que se formaram intelectual e politicamente na lógica movimentista original da campo petista-cutista, mas já convertidos posteriormente à institucionalidade lulista das políticas públicas, essas leituras talvez expressem antes o atual lugar social de seus autores que a experiência societária dos jovens que foram às ruas em (ou desde) 2013. Aquele choque geracional, portanto, expressa-se também na produção sociológica, não apenas no plano político.

Sob outro prisma, analistas chamaram atenção para a ida dos jovens às ruas como uma renovação do fazer político, trazendo um ineditismo juvenil do século XXI para a reorganização dos movimentos sociais que implicou participação política mais intensa das ruas por parte de diversos atores sociais. Segundo Silva Neto (2013, p. 23) “em sua maioria, jovens, estudantes, universitários, professores, desiludidos, desempregados, esquecidos, coisificados, tratados com indiferença pelas instituições, partidos e governos.”

O possível “novo” fazer político emergente nas “jornadas” envolve também questões pertinentes à organização da juventude em movimentos e entidades estudantis, coletivos e partidos com distintas e até antagônicas filiações ideológicas, quase todos posicionados à esquerda no espectro político em 2013. Tal subtema foge ao escopo deste artigo, sendo por ora mais relevante outro marcador social além do de geração: o de classe.

Singer (2013, p. 27) afirma que há dois pontos de vista – política e sociologicamente antagônicos, acrescentamos – sobre a composição de classe dos manifestantes. O primeiro enfatiza que uma parcela significativa deles pertence à classe média, enquanto o segundo indica a forte presença do precariado, definido, por este autor, como “massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”. Estes em boa medida são jovens que tiveram acesso a um certo nível educacional e entraram para o mercado de trabalho durante os governos do PT.

O marcador social da juventude e a condição de classe definida por meio dos conceitos “precariado”, “subproletariado” ou “novo proletariado” interligam-se nas análises a respeito dos grupos sociais que compuseram as multidões das “jornadas”, constituindo um diagnóstico de junho de 2013 enquanto movimentação das classes populares urbanas contra a precariedade do trabalho e da vida. O outro diagnóstico já citado, de significação inversa, registra as manifestações como movimentação de classes médias insatisfeitas (e/ou conservadoras), contrárias à ascensão das classes baixas ao mundo do consumo propiciada pelo neodesenvolvimentismo lulista. Esta perspectiva pode ser encontrada prematuramente em Boito Jr. (2013).

O diagnóstico de Singer (assim como os de outros autores) pende mais para o protagonismo do proletariado, inclusive o mais pobre, nas manifestações. O crescimento econômico da década passada e as políticas de geração de emprego e renda implementadas pelos governos lulistas criaram mais oportunidades entre as camadas mais baixas da sociedade, porém não se modificou estruturalmente o *status quo* desses jovens trabalhadores. O que pode ser sugerido ao senso-comum progressista – a ausência das classes populares em junho de 2013 pois seriam elas gratas aos governos do PT por aquelas políticas – não encontra confirmação empírica (como veremos abaixo) pois tal suposição não leva em conta os baixos salários e os empregos precarizados e terceirizados que conviveram, à época, com os de carteira assinada.

Tais trabalhadores estão submetidos a “precárias condições de vida nas periferias das cidades”, que incluem a violência policial (BRAGA, 2013, p. 80-81), e a condições de trabalho específicas de “profissões como a de operador de telemarketing” (hoje em dia já ultrapassadas pelos ofícios de motoristas e entregadores de aplicativos); embora tivessem “acesso ao emprego formal, a direitos trabalhistas e à escolarização crescente”, conviviam com as consequências da “privatização neoliberal (preservada pelo neodesenvolvimentismo), financeirização do trabalho, crescimento do setor de serviços, desqualificação e rotatividade de mão-de-obra” (PERRUSO, 2014, p. 25).

É necessário ressaltar a confusão entre renda e escolaridade na identificação da classe – categoria cujas implicações fogem ao âmbito deste artigo – a qual pertenceria determinado indivíduo ou grupo social. Para boa parte da sociedade brasileira (talvez por demais crente no meritocratism liberal), a ascensão no nível educacional diminui a desigualdade de oportunidades e incrementa as possibilidades de crescimento profissional. Porém, em nossa formação social a pobreza ou os baixos salários podem conviver com maior domínio de capital intelectual por parte de certos setores das camadas populares. Desta maneira, um patamar mais alto de escolaridade teria levado alguns analistas a conceberem junho de 2013 como um movimento corporificado apenas pela classe média. (E também aqui não há espaço para um exame dos problemas teóricos acarretados pelo uso dessa noção tão frouxa conceitualmente.)

Vejamos o que Singer nos traz a respeito da composição de classe dos participantes das “jornadas”, envolvendo renda e escolaridade, em uma escala nacional dentro do que foi possível de mensurar-se, a partir de coletas de dados realizadas às pressas em algumas das principais capitais do país, numa sequência de eventos tão surpreendente quanto breve:

Porém a renda revela um cenário diferente. Para começar, a ala de baixíssimo ingresso não foi insignificante como sugeria o filtro por educação. Houve 15% com renda familiar mensal até dois salários mínimos nas oito capitais e 20% em Belo Horizonte. Somados aos que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto respondiam por cerca de 50% dos manifestantes. Em outras palavras, uma parte substantiva estava na metade inferior da distribuição de renda, criando um contraste em relação à imagem que havia sido sugerida pela escolaridade, dimensão que na totalidade dos manifestantes encontrava-se na metade superior (SINGER, 2013, p. 30).

Esses dados são convergentes com os encontrados na pesquisa de Moraes (2017, p. 66 e 141-42) – ainda que esta seja qualitativa. A maioria de seus entrevistados, que atuaram nas manifestações de junho de 2013 por meio da ação direta nas ruas e do midiativismo (como ainda veremos mais adiante), possuía alto capital cultural. Ignorando-se os estudantes (muitos, de escolas e universidades públicas), os de renda própria eram trabalhadores, qualificados ou não, alguns exercendo até atividades comuns a profissionais liberais – o que se costuma chamar de classe média. Mas a maioria era assalariada – professores de ensino básico, por exemplo – e mesmo pobre.

Outro motivo que dificultou, e talvez ainda dificulte, a identificação de classe dos manifestantes foi a presença de reivindicações que nem sempre estão presentes no ideário progressista ou de esquerda. Segundo Singer (2013, p. 35), setores políticos à direita do espectro político buscaram “tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção.” Ainda que essa bandeira seja recorrente no conservadorismo nacional, nem sempre ela foi monopólio da direita: como é sabido, o PT durante boa parte de sua história anterior a 2002 combateu – quase sempre com razão! – a falta de ética pública de seus adversários. De qualquer forma, a luta contra a corrupção no período já centralizava as críticas da oposição de direita aos governos lulistas, sendo percebidas como pertinentes às classes médias, não ao povo mais pobre que constituía a base de sustentação do lulismo.

Ao contrário, conforme antes visto, muitos trabalhadores foram às ruas, configurando que parte dos setores populares ia deixando de compor a hegemonia política então vigente. E como as “jornadas” foram multitudinárias, diversificadas e espontâneas, havia espaço para demandas diversas, sem maior obediência aos parâmetros político-ideológicos da geração petista-cutista ora no poder. Na acepção lulista, o que consistia em inexperiência, desorientação ou desorganização, não necessariamente o era para promotores e aderentes das manifestações de junho de 2013. Suas pautas foram grandemente progressistas, o que fazia sentido para as classes populares – e também médias (de resto, significativamente composta por trabalhadores) – que deram caudaloso apoio à democracia participativa no Brasil naquele momento histórico.

AÇÕES NAS REDES E NAS RUAS

Vejam agora alguns repertórios de ação dos movimentos que abalaram o país em junho de 2013. Concentramo-nos primeiramente no uso da internet e das redes sociais virtuais pelos manifestantes, passando em seguida para o repertório de ação nas ruas dos grandes centros urbanos, que então sediaram as mobilizações mais significativas.⁵

Segundo o recente trabalho de Velho (2020, p. 71-92), a importância das redes sociais virtuais para junho de 2013 parece ser consenso na literatura sociológica sobre o tema, ainda que nem todos os estudiosos deem centralidade a essa dimensão em suas análises.

De qualquer forma, compreende-se que as redes sociais virtuais passam a exercer, dali em diante, um papel de plataforma de construção política, propiciando espaços para que vozes antes não ouvidas ganhassem visibilidade. Como se sabe, ainda que sejam privadas, tais redes sociais, dos pontos de vista da emissão e da recepção, não são controladas da mesma forma e na mesma intensidade que os meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio, jornais, etc.), a chamada grande mídia hegemônica.

As redes virtuais foram o principal mecanismo de propagação das manifestações, seja por meio de organização e chamada dos atos pelo *Facebook*, seja pela divulgação posterior, seja pelo acompanhamento em tempo real de várias daquelas ações coletivas. Tudo isso forçou a mídia empresarial a alterar a cobertura das “jornadas” para o grande público (RODRIGUES, 2013, p. 34).

Eu acho que o que sobrou de junho de 2013 foi a comunicação, foram criadas mídias independentes e empoderadas a partir daquele momento. (...) Sempre existiu mídia independente, sempre existiu trabalho de mídia independente, a gente tem jornalistas e comunicadores (...) só que 2013 rompeu uma era. (...) a gente hoje consegue levar informação diariamente pra mais de um milhão de pessoas nas redes. Não é nada, não é nada, a gente consegue ficar pelo menos na plataforma do Facebook na frente de diversos jornais do monopólio de mídia, e criou-se uma nova narrativa. Porque 2013 era aquilo, não estavam mais conseguindo segurar. Então, movimentos foram criados a partir disso, nós temos o Mídia Independente Coletiva, o Mariachi do qual faço parte, o Coletivo Carranca. A Mídia Ninja também foi parte daquilo lá, com todas as críticas que eu tenho. (Entrevista, MORAES, 2017, p. 100)

Sem dúvida que a irrupção de um gigantesco ciclo de protestos acionado em grande medida via internet foi uma tremenda novidade naquelas semanas de junho no Brasil – de resto, como já acontecia em outros locais do mundo, caso da Primavera Árabe. Mas não se tratou apenas, como parece ter ficado para a posteridade, da emergência de um novo instrumento de comunicação ou mediação tecnológica para os movimentos sociais. Este fator significou também a criação de um novo instrumento político e mesmo de um novo tipo de ativismo, que são englobados pela noção de midiativismo.

O papel dos coletivos midiativistas se deu não apenas na difusão das mobilizações. Eles transcendem o jornalismo, tangenciando a militância política. Envolvem, desde junho de 2013 até hoje, ações públicas tais como: transmissão de protestos ao vivo e projeções em fachadas de prédios, ambas de caráter mais performático; mas também produção de pequenos documentários e criação de sites, blogs e páginas no *Facebook*, canais no *Youtube*, etc. Quase sempre, envolvendo produção de conteúdo diverso do difundido pela mídia tradicional. O midiativismo presente nas “jornadas” conformou uma série de atividades que confrontavam governos, o Estado, corporações privadas e os grandes conglomerados de comunicação como a Rede Globo.

A luta hoje em dia se faz nas redes e nas ruas. Acho que é uma arena ampliada, uma arena a mais que juventude política conquistou, mas que não deve ser idealizada, acho que a gente tem que ter uma leitura crítica

de tudo isso em que pese o empoderamento, a maior possibilidade de circulação de informação, as possibilidades de produzir informação, também existem efeitos colaterais importantes. (Entrevista, MORAES, 2017, p. 97)

Ativistas de movimentos sociais e organizações populares passaram a desenvolver diferentes espaços de articulação política e cultural por meio das redes sociais virtuais – algo impossível de ser realizado na lógica da grande mídia burguesa, da televisão, do rádio, dos jornais, que exercem forte controle sobre as narrativas jornalísticas. Novas visões políticas desenvolviam-se e expandiam-se, quase todas alinhadas à esquerda, ao socialismo, ao anarquismo, entre outras vertentes político-ideológicas radicais.

As redes sociais, por mais que elas tenham algumas limitações, são espaços mais democráticos, muitas vezes, que as mídias tradicionais. Antes a gente só tinha informação pela mídia, pela Globo, SBT, por essas merdas aí. A partir de um momento que a gente tem um peso maior das redes sociais, a gente começa a virar formador de opinião também, a gente passa a questionar a grande mídia, as informações que vêm desses aparelhos. Então a partir desse momento a gente conseguiu ter uma interligação maior entre a juventude, isso foi algo fundamental pro sucesso de junho. Tanto é que hoje o próprio Facebook, que foi talvez o maior canal de difusão das mobilizações de junho, já mudou e muito a sua política de alcance. (Entrevista, MORAES, 2017, p. 98-99)

A dimensão crítica, engajada, contra-hegemônica, bem como a relação necessária entre redes e ruas perpetrada pelo midiativismo que se popularizou em 2013, por vezes foram esquecidas, sendo hoje subestimadas nas análises a respeito das “jornadas”. Obscurecidas por um olhar que privilegia o posterior uso instrumental e industrial da internet como mera ferramenta tecnológica e comunicacional, por parte dos mesmos atores políticos tradicionais que os manifestantes questionavam, caso do lulismo – este, no entanto, já desenvolvia sua blogosfera própria desde antes. Posteriormente, a emulação – verticalizada, autoritária e carismática – do repertório junhista de ação nas redes sociais pelo bolsonarismo incrementou a invisibilização daquele ativismo horizontal, democratizante e transgressor desenvolvido em 2013.⁶

Ativismo é uma coisa, profissionalismo é outro. (...) Não existe ativismo profissional, você vai se profissionalizar, você vai virar um repórter, um jornalista, vai trabalhar pra um meio que vai te pagar e tal, então você já virou um jornalista, um repórter que está cobrindo ali porque você está ganhando salário e você começa a ter uma relação com o assunto em função de um trabalho, aquilo ali paga suas contas. Então deixa de ser ativismo, deixa de ser ideologia, deixa de ser uma busca pessoal que eu acho que é muito o que define o caráter do ativista, você ter uma questão pessoal com a causa e que é pessoal e intransferível. E eu vi ao longo do tempo pessoas querendo continuar no ativismo e acabaram se seduzindo, se vendendo a grupos grandes super questionáveis que bancam, e ninguém dá dinheiro de graça (...). Isso tudo está sendo muito discutido entre os ativistas, os midiativistas principalmente, de como manter essa independência (...) o próprio Mídia Ninja, o grupo [em] que eu mais bati. Os caras estavam ali o tempo inteiro ganhando (...) continha no Banco do Brasil ligada a Ministério da Cultura, a Pablo Capilé, a Fora do Eixo e tal, sabe... os caras chegavam com Iphone 5 na manifestação, Macbook Air, aquela coisa toda e a gente ali apontando aquilo. E no final a gente descobriu que [aquilo] estava ligado ao PT mesmo, que a função deles era mapear o movimento (...). E tem isso, a partir do momento que você dá grana

ali, a pessoa dá uma arrefecida, dá uma acalmada. (Entrevista, MORAES, 2017, p. 100-101)

Prevaleceu, aos olhos menos atentos, a apropriação profissional e institucional das ferramentas artesanalmente desenvolvidas pela militância midiativista, apropriação realizada pela “velha” política, seja a progressista, seja a reacionária – esta representada pelo bolsonarismo, que apresenta o “velho” como “novo”, na verdade, apenas uma reatualização, a novidade do retrocesso (caso das *fake news*). Temos então outra importante interpelação de junho de 2013 que precisa ser retomada e reabilitada intelectualmente.

Por conta da violência, foi a violência da polícia de São Paulo que me levou pra rua, pra ser jornalista voluntária, e foi a violência que eu vivi nas ruas que fez eu entender que não dava pra eu ficar sozinha, porque eu fui absolutamente sozinha. Então eu comecei a procurar na internet mesmo colegas jornalistas que pudessem ir comigo, fazer dupla, um grupo, alguma coisa pra poder fazer esse trabalho voluntário (...). A gente fez um trabalho muito bonito, um trabalho que naquele momento foi muito relevante porque a gente cobriu todas aquelas manifestações de junho, a gente cobriu o primeiro ataque de bombas no Leblon, (...) a gente fez quando a Rocinha desceu pelo Amarildo. Não tinha dia, não tinha hora, aquele grupo ali era como se tivesse sido abduzido pela situação e a gente estava trabalhando na rua direto (...) Então a gente queria aprofundar as análises, aprofundar algumas perguntas que não eram feitas. E algumas pautas foram inclusive cerceadas (...) por exemplo, Leilão de Libra. (...) um colega estava fazendo a transmissão ao vivo e eu soube que ele recebeu algumas orientações, digamos, pra ser “menos” do que ele estava sendo na transmissão que ele estava fazendo. (...) na época estava acontecendo mensalão, explodindo, Zé Dirceu, José Genoíno, todo mundo sendo preso. E nesse meio tempo, esse primeiro grupo entendeu que não dava pra seguir dentro de uma política de cerceamento editorial, porque a gente estava na rua justamente contra os que cerceavam a informação. (...) De repente você está numa mídia independente, como era a Mídia Ninja, como nós fazíamos e eu faço aspas no “independente”, isso é muito discutido, esses termos são muito discutidos até academicamente. Mídia Livre, mídia alternativa. Livre de que? Alternativa a que? Independente como? O que é ser independente? Até porque várias mídias independentes (...) que surgiram depois tem patrocínio. (...) Então, por todos esses questionamentos e pela política, que a gente percebia, que era uma política claramente institucional ligada ao governo federal, que no caso era o Mídia Ninja, que se revelou ao longo do tempo aquilo que a gente estava entendendo, que eles eram um braço de marketing do PT, a gente então se desvinculou para fazer um trabalho realmente independente sem vínculos institucionais, então nós criamos o Coletivo Carranca (...). (Entrevista, MORAES, 2017, p. 101-102)

O midiativismo expõe o hoje subestimado amálgama entre redes e ruas. E as ruas levam-nos, como no depoimento acima, à violência presente em junho de 2013, que agora é abordada por meio do repertório de ação das “jornadas” nos meios urbanos.

As ações diretas nas ruas constituíram marca distintiva daquelas manifestações. O ataque a símbolos arquitetônicos de exploração econômica (bancos, grandes empresas ou ícones do consumismo como lojas de grife e concessionárias de automóveis), opressão social (instituições estatais) e do *status quo* na política (monumentos, estátuas), a ocupação de órgãos públicos (câmaras/assembleias legislativas e mesmo prefeituras) e o confronto com a polícia (que inclui queima de viaturas e cabines policiais) são motivos de constantes e acirrados debates.

Um dos posicionamentos analíticos que aparece na literatura sociológica é bastante crítico das ações diretas, caso de Silva Neto (2013, p. 25), para quem “o desencanto com a democracia representativa pode dar margem a manobras de cunho fascista, anarquista”. Afora a identificação equivocada entre fascismo e anarquismo, há o diagnóstico de que os “quebra-quebras” então ocorridos não se caracterizariam como ações legítimas na luta contra a repressão e a violência promovidas pelo Estado. Embasando tal leitura, há o pressuposto normativo de que a democracia representativa institucionalizada entre nós, assente no princípio liberal de garantia da propriedade, é elemento que se sobrepõe a todos os demais.

Assim, as ações diretas são desprovidas analiticamente de qualquer sentido sociocultural ou político justificável. Todavia, desta forma são elas desqualificadas enquanto objeto científico relevante, perdendo-se a capacidade de compreensão de tais práticas. Estas não são nenhuma novidade na história dos movimentos sociais e políticos no Brasil e no mundo, sendo vastamente investigadas por meio de conceitos como “repertório de ação coletiva”, “repertório de confronto” e “performance de confronto”, entre outros.

Para Moraes (2014, p. 96), aquele posicionamento analítico consubstancia uma linha de interpretação nominada por ele como ultraliberal,⁷ que retira a dimensão política das ações diretas, reduzindo-as a mero vandalismo – imagem típica do senso-comum conservador.

Outros autores escrutinaram a historicidade deste tipo de ação direta, o qual ficou famoso no séc. XXI pelo termo “*black bloc*”, que envolve a utilização de roupas e máscaras pretas por seus praticantes, de modo a garantir o anonimato frente aos sistemas de vigilância e punição contemporâneos. Os supostos *black blocs* são sempre tratados de modo sensacionalista pela grande mídia e pelos governos dos mais diversos matizes ideológicos.

Como é sabido pelos estudiosos, *black bloc* é uma tática presente em vários atos e passeatas, não um grupo político, a qual objetiva proteger os manifestantes das balas (nem sempre de borracha, no caso brasileiro) e do gás lacrimogêneo das forças de repressão. Suas origens remontam aos enormes protestos anticapitalistas e alterglobalistas de Seattle em 1999 (LOSEKANN, 2014, p. 11). A organização do bloco dá-se com a composição de uma linha de frente, que entra em combate com as forças policiais impedindo que outros manifestantes sejam feridos, bem como com um conjunto de ativistas na retaguarda, que rebate as bombas arremessadas pela polícia e também atira coquetéis molotov e rojões. A construção de barricadas nas ruas também é comum. Obviamente, os que lançam mão de tal repertório possuem seus próprios conhecimentos a respeito:

Black bloc é uma tática que foi copiada de organizações da Europa e do Canadá (...). Foi importante pros manifestantes driblarem a ação da polícia, se manterem juntos, e conseguirem se proteger e agir contra o inimigo. (...) A tática foi importante pra que a ação das massas não fosse frágil no sentido de autodefesa e pra se defender e defender os outros manifestantes que não estavam organizados (...). (Entrevista, MORAES, 2017, p. 69)

Em se tratando das “jornadas”, o confronto com a repressão reveste-se de especial importância, dado o histórico violento das polícias militares estaduais contra os mais pobres e os que protestam: “sua adoção massiva nas manifestações desde junho de 2013 assimila-se com notável justeza às já tradicionais práticas de resistência dos setores mais subalternizados da sociedade brasileira, tais como moradores de favelas” (PERRUSO, 2014, p. 3). Como a reivindicação maior foi em torno da mobilidade urbana (ao final foi cancelado o aumento das passagens), houve também incêndios de ônibus e “pulas catracas” em metrô e trens, além de pichações e colagens de cartazes, variando o repertório segundo os contextos.

Esses e outros tipos de ação são comuns à história do movimento operário e popular do mundo. No Brasil, “a ação direta já foi utilizada por movimentos sociais do campo, por sindicatos e grupos urbanos diversos.” (LOSEKANN, 2014, p. 3). Todas elas tornam-se inteligíveis e mesmo legítimas se a baliza intelectual acionada for a desigualdade estrutural de nossa formação social, que subjaz à violência do Estado. Esta efetiva-se de múltiplas formas, seja com o caráter

extremamente repressivo das forças de segurança, seja com a precarização dos serviços públicos – fatores relevantes para compreender a motivação da prática da ação direta:

O que mais me marcou foi o dia que uma moça que estava com seus dois filhos, um de 10 e outro de uns 15, e ela começou a ter um ataque epilético por causa do gás. Eu tentei ajudar, só que os filhos começaram a chorar e eu fui abraçar os meninos para tirar a visão deles da mãe se debatendo no chão (...). E eu abracei os moleques e comecei a chorar também, podia ser minha mãe. E foi isso que me mudou. Eu pensei que a gente só estava apanhando e a gente não está fazendo nada. Já tinha aquela raiva acumulada. Eu moro em favela, estudava em colégio público, o colégio todo precarizado. E eu chego aqui, quando vou gritar pelos meus direitos e os caras vêm e atacam a gente sem motivo nenhum. A gente tem que fazer alguma coisa, a gente não pode apanhar. (Entrevista, MORAES, 2017, p. 67).

Certamente que não há aceitação majoritária quanto à legitimidade das ações diretas, nem no interior dos próprios movimentos sociais. Durante junho de 2013, por mais de uma vez foi possível observar a divisão entre manifestantes em momentos de ações violentas. Quando se pulavam catracas ou durante ataques a edificações, alguns gritavam “sem vandalismo!”

É uma tática que eu particularmente sou contra, (...) cumpriu um papel muito mais de afastar a classe trabalhadora do que de mobilizar (...). Agora, qual a leitura que eu faço do papel de um movimento, de um militante, de um coletivo ou de qualquer organização? O que traz vitórias pro movimento que está lutando é a massificação do movimento. Então, não adianta eu, individualmente, achar que vou pra rua, com qualquer sentimento por mais valoroso que seja, por mais belo que seja, de heroísmo ou valentia (...) é fundamental que a gente dialogue com a classe trabalhadora (...). Então, assim, seria desonesto fazer uma crítica só pela crítica e não apontar essa posição que eles tiveram nesse e em vários outros atos, todos os atos que tiveram confronto, certamente o papel que os black blocs cumpriram foi um papel de defesa dos manifestantes. Quando eu critico a tática black bloc, eu não coloco em xeque qual a importância que eles tiveram naqueles atos. (Entrevista, MORAES, 2017, p. 71-72)

Julgamento que era – e é – respondido por outros:

Não tem como deslegitimar a revolta popular, a questão toda não é sobre a reação do oprimido, mas a ação do opressor. A fila do SUS, os impostos abusivos que a gente paga, a fome nas favelas, a morte nas favelas com a justificativa da guerra as drogas é a ação do opressor. E a reação do oprimido é sobre essas coisas. Então a gente deslegitimar e criminalizar o oprimido é muito superficial. Então o black bloc é uma tática e é uma ação legítima. (Entrevista, Moraes, 2017, p. 67)

E há ainda análises nuançadas:

É uma expressão nova daquele momento. Acho a estratégia equivocada porque muitas vezes não é compreensível para a maioria da população. Mas sou absolutamente refratário à ideia de criminalizar e de desconstruir porque reconheço que a maioria dos militantes que constituem a tática black bloc são jovens de esquerda, engajados, combativos, politizados, muito críticos ao sistema políticos e até às

representações políticas da esquerda. Me recordo de uma manifestação lá na Barra (...) sobre leilões de petróleo, (...) era uma ação unificada em que havia uma repressão muito grande. Os manifestantes eram 200 ou 300 (...). Teve um momento que a polícia avançou, houve uma dispersão muito grande, as pessoas completamente desorientadas, e um black bloc com o rosto coberto me parou e me chamou por um apelido carinhoso (...) um black bloc abordando uma liderança de um partido, símbolo de movimento tradicional, e na luta não pensou duas vezes em me dar um leite de magnésio pra me proteger. São laços de companheirismo e de solidariedade e de classe. (...) Sou absolutamente crítico a qualquer divisionismo na esquerda, tanto de um black bloc [que] rechaça um sindicalista quanto alguém militante do movimento sindical repudiar a ação do black bloc. (Entrevista, MORAES, 2017, p. 71)

Tais depoimentos e a pequena revisão analítica aqui realizada corroboram nosso entendimento de que teorias consensualistas, notadamente na ciência política, não propiciam investigações suficientemente compreensivas das movimentações sociais e políticas brasileiras, pois supõem uma constante reposição da confiança popular nos termos restritos da democracia de baixa intensidade que vivemos, reduzida a sua dimensão representativa e hostil à inevitável conflituosidade da democracia participativa na desigual periferia do capitalismo onde nos localizamos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Além do viés teórico consensualista, perspectivas analíticas institucionalistas e economicistas também foram questionadas por junho de 2013 e pelos acontecimentos históricos posteriores, da derrocada do lulismo à ascensão do bolsonarismo.

Como o campo acadêmico tem sua própria temporalidade, mais lenta que a da política, muitas leituras persistem na redução analítica das “jornadas”, inclusive imputando a elas fenômenos de causalidades outras. A exemplo de muitas interpretações intelectuais e políticas que alegam ser 2013 o ano da ascensão do autoritarismo e do conservadorismo – como Cardoso (2020). Nestes casos, o dedo acusatório sobre as manifestações oculta justamente o processo social de desmoronamento da hegemonia política do lulismo, este sim conectado ontologicamente ao ciclo político posterior, o bolsonarismo. É necessário registrar que tais críticas às agitadas ruas de junho são feitas do lugar social de uma intelectualidade – de “classe média” – cujas ilusões na capacidade de modernização brasileira via conciliação de classes lulista esvaíram-se.

Já outros intelectuais, que participaram das “jornadas” e sobre elas refletiram, apontam em direção contrária, como Camila Jourdan:

Temos que voltar a isso [junho de 2013] porque aparece como um pano de fundo discursivo sempre que as ruas voltam a ecoar a revolta. Agora mesmo escutamos inúmeros discursos: “tomem cuidado, não vamos repetir 2013”. E o que se quer dizer com isso? (...) Que quando o povo tomou as ruas, o que se ganhou foi a ascensão do fascismo. Isso é ótimo para formar um povo passivo, amedrontado (...). (...) Houve reação? Claro que houve reação, e quando é que não haveria? E houve rechaço dos setores institucionais que incentivaram a criminalização da revolta com medo de perderem seu espaço, que pediram para que os vândalos saíssem das ruas e ficassem só os verdadeiros manifestantes, que entregaram pessoas pra polícia e pediram as nossas cabeças. E houve prisão, perseguição, aprovação da lei antiterrorismo pelo governo do PT... e, depois de dois anos, e de vários processos, quando os “verdadeiros manifestantes” voltaram para as ruas vazias, vestidos de verde e amarelo, pedindo impeachment da Dilma, aqueles setores que

ajudaram a criminalizar os ‘vândalos’ radicais acharam legal dizer que a culpa foi nossa. (CONTENTE, 2020)

A certeza da estabilidade social, tão nítida sob o lulismo, foi rapidamente sucedida por um cenário de grandes incertezas. O foco analítico privilegiado na relação potencialmente virtuosa da sociedade com o Estado, através de variados mecanismos normatizados de mediação, bem como a confiança política numa democracia representativa socialmente excludente como a nossa, negligenciaram intelectualmente aspectos mais contestatórios da participação democrática e da luta de classes. Ignoraram-se, ainda, significativos dissensos culturais, geracionais, raciais e de gênero aflorados nos últimos anos em nosso país. A histórica e persistente desigualdade nacional, cedo ou tarde, reemerge na cena pública e nas ruas, mostrando a relativa fraqueza de nossa democracia e a necessidade constante de reforçá-la. O vetor de litigiosidade social no Brasil é inescapável, por mais que se insista na excelência de políticas públicas – na verdade tratadas como soluções tecnocráticas. A retomada de greves e lutas sociais, desde o primeiro ano desta década, já constituía um aviso popular sobre os limites na capacidade institucional de nossa democracia liberal suprir, por meio de espaços públicos estatalmente regulados, instrumentos de mediação de interesses, necessidades e projetos societários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÄCHTOLD, Felipe. Governo viu “ingratidão” nas manifestações de junho, diz ministro de Dilma. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1402311-governo-viu-ingratidao-nas-manifestacoes-de-junho-diz-ministro-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. Ação direta e simbologia das "jornadas de junho": notas para uma sociologia das manifestações. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 145-164, jan.-jun. 2014.
- BOITO JUNIOR, Armando. O impacto das manifestações de junho na política nacional. *Brasil de Fato*, São Paulo, 2 ago. 2013.
- BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATTO, Hermínia et al. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 45-51.
- BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*, n. 62, p. 42-51, 2013.
- CAMPOS, M. O longo ano que começou em junho. *Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência*. Rio de Janeiro, 30 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.redecontraviolencia.org/Artigos/927.html>>. Acesso em: 31 mar. 2014.
- CARDOSO, Adalberto. *À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo*. Rio de Janeiro: Amazon, 2020.
- CONTENTE, Carlos. A revolta como enigma. Conversa com Camila Jourdan. *Pressenza*. 07 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.pressenza.com/pt-pt/2020/06/a-revolta-como-enigma-conversa-com-camila-jourdan/?fbclid=IwAR3ozxgqE88uyTxqpHKYPqNIM295hGMd32IPAA67ztpdnubfS38iuUTeksM>>. Acesso em: 12 jun. 2020,
- FREIRE, A. Fortalecer a presidenta Dilma Rousseff e aprofundar a democracia. *Brasil de Fato*, São Paulo, 24 jun. 2013.
- GEBRIM, Ricardo. O cavalo passa selado diante das forças de esquerda. *Brasil de Fato*, São Paulo, 28 jun. 2013.
- GOHN, Maria da Glória. Sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014.
- GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. *Polis – Revista Latinoamericana*, Santiago, v. 15, n. 44, p. 357-379, 2016.
- LOSEKANN, Cristiana. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória\ES: #resistir, resistir até o pedágio cair! In: ROSA, Soraia Mendes da. (Org.). *País mudo não muda! as manifestações de*

- junho de 2013 na visão de quem vê o mundo para além dos muros. Brasília: IDP, 2014. p. 26-38.
- MEDEIROS, Jonas; MELO, Rúriom; JANUÁRIO, Adriano. Sociedade civil e escola pública em três movimentos de ocupação de escolas: São Paulo, Goiás e Paraná. 41. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017.
- MORAES, Fernanda. *Para onde vão as ruas: uma leitura sobre os protestos de Junho de 2013 no Rio de Janeiro*. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.
- MORAES, Wallace dos Santos de. A convergência analítica dos herdeiros de Kautsky e Nozick: crítica às interpretações da direita e da esquerda estatista sobre o levante de 2013 no Brasil. *Em Debate*, Florianópolis, n. 11, p. 90-113, jan.-jun. 2014.
- ORTELLADO, Pablo. A ocupação de escolas é o filho mais legítimo de junho de 2013. *Combate Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro, 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2016/05/18/a-ocupacao-de-escolas-e-o-filho-mais-legitimo-de-junho-de-2013-entrevista-especial-com-pablo-ortellado/>>. Acesso em: 1 fev. 2017.
- PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. *Opinião Pública*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-596, set-dez 2019.
- PERRUSO, Marco Antonio. As Jornadas (des)de Junho de 2013. 38. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2014.
- RODRIGUES, Adriana Alves. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: SOUSA, Cidival Moraes; SOUZA, Arão de Azevêdo (Org.). *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. p.32-39.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Democracia uma vírgula, anomia niilista. *Carta Maior*, São Paulo, 5 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Democracia-uma-virgula-anomia-niilista/4/29445>>. Acesso em: 1 mar. 2014.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio-ago. 2014.
- SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATTO, Herminia et al. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, pp. 71-78.
- SILVA NETO, O. G. Brasil, 2013: reflexões e metáforas. In: SOUSA, Cidival Moraes; SOUZA, Arão de Azevêdo (Org.). *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: EDUEPB, 2013. p. 22-27.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013.
- VELHO, Diego Ricardo de A. *Movimentos sociais no Brasil do século XXI: as manifestações de junho de 2013 - leituras e apontamentos*. 2020. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ As dimensões presentes nas “jornadas” foram compiladas a partir das seguintes fontes bibliográficas e de pesquisa: Alonso, 2013; Bächtold, 2014; Boito Jr., 2013; Braga, 2013; Brasil de Fato, 2014; Bringel, 2013; Campos, 2013; Carta Maior, 2014; Freire, 2013; Gebrim, 2013; Gohn, 2014; Gondim, 2016; Losekann, 2014; Medeiros, Melo & Januário, 2017; Nobre, 2013; Ortellado, 2016; Santos, 2013; Secco, 2013; Singer, 2013.
- ² A respeito, veja-se Perruso, 2014.
- ³ Não queremos dizer que todas as outras possibilidades listadas nos itens em questão não são mobilizadas analiticamente por autores que comungam desta visão, mas sim que não são exploradas a contento em termos investigativos e reflexivos.
- ⁴ Tais pressupostos originam-se das diferentes pesquisas dos autores em torno de junho de 2013.
- ⁵ Por falta de espaço, não abordamos outras novidades presentes nas ruas, tais como as oficinas de cartazes, a recusa do uso de carros de som e bandeiras, entre outros.

-
- ⁶ Atualmente há debate acalorado sobre as potencialidades das redes sociais virtuais como ferramentas de organização e formação política, envolvendo segmentos da militância tradicional de esquerda e – de forma mais desenvolta – outros ativismos, muitas vezes chamados identitários. A expressão “militante de internet” chega a ter conotação pejorativa, para se referir a influenciadores digitais engajados, que possuem muitos seguidores no Youtube e no Instagram. Do lado direitista da esfera política, o bolsonarismo é muito ativo no Twitter e no WhatsApp.
- ⁷ Distinta da perspectiva identificada como revolucionária, que valoriza as ações diretas.